

Apresentação

A partir de uma concepção conforme a qual o político atravessa o campo da linguagem, o corpo das línguas e as relações que estas travam com outras e com o(s) sujeito(s), destinamos o presente volume da Revista Letras a tratar a temática das *políticas linguísticas*. Nesse sentido, consideramos que seria produtivo submeter este eixo central a certas inflexões e estudar as políticas linguísticas vinculadas a espaços específicos – pensados, como veremos a seguir, em vários sentidos – e, em consequência, às questões que neles podem ser detectadas e às agendas que, em tal configuração, se interpreta que devem ser atendidas.

A pesquisa sobre *política(s) linguística(s)* tem se destacado no campo dos estudos da linguagem como um espaço de reflexão sobre as diferentes e diversas relações que se estabelecem entre sujeitos, línguas, nações. Nesse espaço cabem olhares ampliados pelas perspectivas teóricas com as quais se detectam e abordam os vários aspectos desse complexo objeto. Em resposta à chamada para este número, recebemos uma série de artigos que foram escritos a partir de diversos lugares teóricos, por pesquisadores de diferentes instituições do Brasil e do exterior e, portanto, a partir de territórios também diversos, cruzados por línguas cujas materialidades se fazem presentes, de vários modos, na superfície dos distintos textos. Para sua apresentação, buscamos organizá-los numa sequência na qual *espaços, agendas e questões* configurem a emergência com que o campo da(s) política(s) linguística(s) vem se colocando para os estudos da linguagem; e essa decisão nos leva a uma distribuição em três séries.

Na primeira delas temos um conjunto de seis artigos vinculados à(s) *política(s) linguística(s) em sua relação com as nações*. Os dois primeiros textos se referem a aspectos políticos no espaço do Cone Sul. O de Graciela Barrios (Universidad de la República) aborda o estudo do tratamento da diversidade linguística – ponto crucial no específico agenciamento que os estados nacionais fizeram da questão da(s) língua(s), inclusive para se constituir – à luz da tensão entre o que a própria autora designa como dicotomia entre o global e o local; para tanto, focaliza a análise de documentos produzidos no âmbito da educação no Uruguai, entre 2006 e 2008. O segundo texto é de Virginia Unamuno (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas). Nele, a partir de uma

perspectiva sociolinguística, a autora aborda um aspecto da formação de docentes indígenas para a modalidade intercultural bilíngue. Assim, no contexto específico de práticas de educação bilíngue com comunidades *wichis* do norte da Argentina – um trabalho absolutamente incipiente e extraordinário, como ela mesma destaca –, Unamuno analisa a necessidade de considerar o plurilinguismo na formação desses docentes, tomando como ponto de partida o *castellano* em suas variedades e colocando em questão a representação de unidade que funciona como pressuposto nas práticas de sua didatização como língua segunda.

O terceiro texto redireciona a sequência de nossa primeira série e produz um deslocamento em termos de território. Trata-se do artigo de Albert Branchadell (Universitat Autònoma de Barcelona), no qual o autor instala uma pergunta que funciona, do ponto de vista da reflexão, de maneira produtiva: “Se a Catalunha se tornasse um país independente, ela adotaria a fórmula um Estado/ uma nação/ uma língua?” Responder a essa questão faz com que Branchadell contemple múltiplos contextos, de diversa complexidade, marcados por distintos processos de oficialização de línguas. Ao território da Espanha também se refere o quarto texto, de Xoán Lagares (Universidade Federal Fluminense). Neste caso, o autor se debruça sobre outra das línguas desse Estado nacional – o galego – e analisa o processo pelo qual esta língua vem passando a partir da criação da Comunidade Autônoma da Galiza, cujo estatuto (de 1981) a declarou língua oficial junto ao espanhol. Lagares, por um lado, chama a atenção sobre o fato de que esse processo só breou parcialmente a interrupção da transmissão intergeracional do galego, intensificada durante a ditadura militar de Franco. E, por outro lado, resgata fatos do emaranhado das práticas políticas partidárias na implementação do que fora determinado pela lei de normalização linguística. Assim, os traz à luz, com minúcia; e esse gesto analítico de fôlego se torna, ele mesmo, político.

Os últimos dois artigos de nossa primeira série significam um novo deslocamento territorial: nos levam ao continente africano e nos colocam explicitamente em confronto com o horizonte das revoluções e das lutas pelas utopias linguísticas em estados que situamos, a partir do lugar de enunciação da Revista Letras, no espaço transnacional da lusofonia no qual acontecem distintos processos de descolonização linguística. O primeiro desses artigos é de Bethania Mariani (Universidade Federal Fluminense) e dá visibilidade a um conjunto de textos que, segundo a própria pesquisadora, fazem parte do processo de escolha do

português como língua oficial de Moçambique no período que se seguiu à declaração da independência nacional (1975), independência esta que foi resultado de um longo processo revolucionário. O trabalho, escrito de uma perspectiva discursiva, é especialmente instigante pelo fato de concretizar o objetivo ao qual se propõe: traçar linhas de reflexão sobre a questão linguística num estado plurilíngue em situação pós-colonial. O segundo artigo é de Clóris Porto Torquato (Universidade Estadual de Ponta Grossa) e nele, ao abordar as principais ações e os documentos paradigmáticos do Estado de Cabo Verde no que se refere às línguas no período pós-independência, a pesquisadora – que assume uma perspectiva sociolinguística – explora as relações entre o português e a língua caboverdiana nesse complexo contexto.

Na segunda série, que se refere ao *político em sua relação com a produção do conhecimento linguístico*, apresentamos três artigos que tratam de questões relacionadas a diferentes instrumentos linguísticos. Estes instrumentos dão sentidos à(s) língua(s), aos sujeitos e às relações língua(s)/sujeito em contextos de ensino, bem como revelam as filiações com as quais se vincula a formação do pensamento político nacional, seja na Argentina, no Uruguai ou no Brasil. Abre a série o texto de Elvira Narvaja de Arnoux (Universidad de Buenos Aires), quem, a partir de uma perspectiva glotopolítica, analisa as gramáticas escolares de castelhano de José Valdés, cubano, e de Felipe Senillosa, nascido na Espanha, publicadas em Buenos Aires no ano de 1817. Fazem parte também de seu *corpus* as notas gramaticais publicadas nos jornais que ambos dirigiam. Nesse estudo, Arnoux não apenas determina as filiações das posições desses autores como gramáticos e também aborda os modos como eles trabalhavam a disciplinarização da sociedade pela regulação da linguagem. O segundo texto é de Mariela Oroño (Universidad de la República) e trata aspectos relativos à constituição do espanhol como língua nacional no Uruguai. Para tanto, analisa livros de leitura utilizados nas escolas públicas em dois períodos: no século XIX, no início da construção do Estado nacional uruguaio, e em meados do século XX, quando a identidade nacional já estava consolidada. Neles, fundamentalmente se dedica a identificar o modo como funcionou a prescrição idiomática e quais fenômenos linguísticos foram alvo da mesma. Encerra esta segunda série o texto de Claudia Castellanos Pfeiffer (Universidade de Campinas), no qual, a partir da perspectiva da História das Ideias Linguísticas, a autora realiza uma análise discursiva das condições de produção da obra

didática de Frei Caneca (início do século XIX), apontando para parte do processo de significação que instaura um dizer brasileiro sobre o português no Brasil. Nesse sentido, trata-se de um texto importante para compreender os trajetos aos quais se filia o processo de gramatização do que a própria autora chama “língua brasileira”.

Por fim, na terceira série, que coloca em relação *a política, o político e as línguas estrangeiras* – dentro do espaço de enunciação delimitado pelo mapa do Brasil –, contamos com uma sequência de quatro artigos que abordam questões relativas ao inglês, espanhol, francês e, também, ao português. O primeiro deles é de Marisa Grigoletto (Universidade de São Paulo), quem, de uma perspectiva discursiva, em primeiro lugar analisa a materialidade de um recorte de anúncios da mídia publicitária brasileira (imprensa, televisiva e de rua) que apresenta dizeres em língua inglesa e, imediatamente, os coloca em relação com os dizeres “reativos” (sobre esses mesmos anúncios) de leitores por ela entrevistados. São vários os objetivos que a pesquisadora formula, e cabe destacar que todos eles são muito produtivos em termos de compreender que nesse estudo se trata de sujeitos – como ela mesma observa – “entre-lugares”: num espaço de enunciação em que a língua portuguesa deveria “impear”, há uma divisão e o conseqüente estranhamento causado pela subdivisão desse espaço com a língua estrangeira e este fato reatualiza e reitera sentidos para a constituição da identidade do brasileiro. O segundo artigo é de Elzimar Goettenauer de Marins Costa (Universidade Federal de Minas Gerais) e se centra na análise dos resultados do processo seletivo referente ao Programa Nacional do Livro Didático (MEC) que, conforme edital de 2008, por primeira vez contemplou a inclusão do componente curricular Língua Estrangeira Moderna, especificado como inglês e espanhol, para o ensino fundamental. Assim, discute as concepções teórico-metodológicas que servem de fundamento aos manuais para ensino dessas línguas estrangeiras produzidos no Brasil, prevendo e constatando um descompasso entre os princípios que vêm norteando a elaboração de tais manuais e os que orientaram o trabalho dos avaliadores. O terceiro artigo é de Josilene Pinheiro-Mariz (Universidade Federal de Campina Grande) e discute o que a autora apresenta como uma possibilidade promissora: trata-se de explorar a “literatura-mundo” pelo modo que esta implica de organizar a literatura de expressão francesa e pela conseqüente possibilidade que abre de oferecer resistência à representação do francês como língua das “Belas Letras”. Além disso, no

processo de aprendizagem de francês como língua estrangeira por brasileiros, essa literatura-mundo, pelas suas ressonâncias, pode propiciar a identificação desse sujeito – imerso num processo de (des)colonização linguística – com a língua. Os resultados de sua reflexão confirmam o que a autora determina como a urgência de incluir essa prática de leitura nos currículos de formação de professores nessa língua. O texto que encerra a última série é de Débora Massmann (Universidade do Vale do Sapucaí) e seu objetivo é descrever e analisar – fundamentalmente, a partir de estudos realizados por Perelman e Olbrechts-Tyteca – o modo como a argumentação se organiza no que a autora chama de duas “línguas-culturas” distintas, a saber, a língua portuguesa e a língua francesa, convivendo no espaço escolar. A autora ressalta o caráter dialógico do gênero dissertativo e, após a análise do *corpus*, formula uma série de conclusões a respeito do jogo imaginário que se instala simbolicamente nesse gênero bem como a respeito da relação que ela mesma coloca em termos de retórica escolar/retórica cultural para apontar a prevalência da primeira sobre a segunda.

Espaços, agendas e questões se imbricam no tratamento do eixo central, o da(s) *política(s) linguística(s)*, uma vez que os espaços territoriais aqui abordados se aproximam pelos espaços discursivos, constituem-se de questões comuns e se afastam, pelas condições históricas que são de ordens diferentes, nos seus vieses político-ideológicos. No entanto, a atualidade das questões aqui apresentadas nos aponta sobre como está se configurando a agenda da(s) *política(s) linguística(s)* nos estudos da linguagem e suas relações com outros campos do saber no mundo contemporâneo.

Eliana Sturza
Maite Celada
Organizadoras.

